

Em busca das utopias da/na América Latina: identidades, literatura e cultura

Ildney Cavalcanti

Universidade Federal de Alagoas

Grupo Literatura e Utopia

U-TOPOS - Centro de Estudos sobre Utopia (Brasil)

Alfredo Cordiviola

Universidade Federal de Pernambuco

Grupo Literatura e Utopia (Brasil)

Resumo

Nossa proposta é apresentar um panorama de dimensões utópicas relacionadas às identidades, literatura e cultura da/na América Latina, observando alguns eixos temáticos e formais de manifestações de dimensões utópicas na cultura. O estudo partirá da análise de investigações prévias sobre essas dimensões e enfocará eixos recorrentes. Pela diversidade das expressões culturais abordadas, a discussão está centrada numa compreensão do fenômeno utópico em suas várias configurações discursivas e numa perspectiva analítica situada, conforme proposição de Levitas (1990), no trânsito entre formas, funções e conteúdos utópicos.

Palavras-chave

Utopia, América Latina, literatura, cultura.

Ildney Cavalcanti possui graduação em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal de Alagoas (1985), Mestrado em Letras (Inglês) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988) e doutorado em *English Studies* pela *University of Strathclyde*, Glasgow (1999). Atualmente é professora adjunta 2 da Universidade Federal de Alagoas, onde atua na Faculdade de Letras. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em estudos de gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos de gênero e crítica feminista, estudos culturais, estudos da utopia, e literatura e ensino de inglês.

Alfredo Adolfo Cordiviola é licenciado em Letras pela universidade de Buenos Aires e mestre em Teoria da Literatura pela UFPE. Concluiu o doutorado em *Hispanic and Latin American Studies* na Universidade de *Nottingham*, Reino Unido (1998). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Atua na área de Letras, com ênfase nos seguintes temas: literatura hispano-americana colonial, literatura brasileira, literatura hispano-americana, estudos culturais.

O pensamento sobre a experiência de vivermos em dadas condições, que envolve a reflexão sobre os desejos que essas mesmas condições geram e deixam insatisfeitos, é facilitado pelo aparato crítico do utopismo, ou dos Estudos da Utopia. Percebendo, juntamente com Ruth Levitas, que “uma vez que a utopia é a expressão da falta, da experiência lacunar em uma sociedade ou cultura, a compreensão das aspirações utópicas geradas por qualquer sociedade é uma parte importante da sua compreensão” (2001, p. 26), o grupo *Literatura e Utopia* vem desenvolvendo pesquisas interligadas pelo objetivo central de estudar várias tradições, mo(vi)mentos, gêneros e/ou textos literários sob a perspectiva dos Estudos Culturais, observando as utopias e distopias da cultura e as inter-relações entre identidades, literatura, cultura e o fenômeno da utopia.

A busca das configurações utópicas empreendidas pelos integrantes do nosso grupo ocorre na possibilidade da justaposição de quatro compreensões acerca dos diálogos entre as utopias e os textos da cultura¹. A primeira delas, sintetizada brilhantemente por Hélène Cixous ao teorizar a escritura como um espaço alternativo (*an elsewhere*) da cultura, “onde o desejo faz a ficção existir”², refere-se à percepção de que todo texto literário se configura como intervenção, através da imaginação, como proposta desse outro lugar da/na história. Também nessa direção está o comentário de Harold Bloom, n’*O Cânone Ocidental* (1994), que “talvez o motivo último da metáfora, ou de se escrever e ler numa linguagem figurativa, seja o desejo de ser diferente, de estar em outro lugar”.

A segunda percepção dessa relação, que dialoga diretamente com a temática desta conferência, está centrada na idéia de que o texto literário pode expressar esse desejo por um outro lugar da cultura através da construção ficcional de um espaço social alternativo, renovando e reconfigurando o gênero das utopias literárias inaugurado por Thomas More. O romance brasileiro *A rainha do Ignoto*, escrito por Emília Freitas em 1899, se inscreve como re-escritura dessa tradição dando-lhe continuidade formal ao representar uma romântica Terra do Ignoto, situada na Ilha do Nevoeiro, no interior do estado do Ceará, na qual floresce uma sociedade alternativa e separatista, formada por “mulheres paladinas” que, sob o domínio de sua rainha, interferem em situações de opressão de gênero, tecendo, assim, uma contundente crítica ao patriarcado brasileiro do século XIX e antecipando o feminismo separatista das utopias de autoria feminina que floresceriam no século XX no mundo anglófono.

Já a terceira abordagem parte do entendimento que a dimensão utópica pode se caracterizar como um modo, uma modulação da/na escritura, que reutiliza *topoi*, recicla imagens, reconfigura elementos da tradição utópica de forma metacrítica e catacréstica nos mais variados gêneros. N’*O conto da ilha desconhecida*, por exemplo, quando o personagem de José Saramago levanta o questionamento emblemático: “Como poderia falar-lhes eu numa ilha desconhecida, se não a conheço”, esse modo é elevado, pois a ilha, espaço do utópico por excelência, adquire contornos através de sua negatividade, exatamente na impossibilidade de seu conhecimento, enquanto se mantém como *topos* propulsor da busca narrativa, retomando o paradoxal, simbólico

¹ Sobre os modos de se pensar as utopias da cultura, ver também a apresentação de Cordiviola e Cavalcanti ao *Fábulas da Iminência* (2006).

² “Sorties”, em Cixous e Clément, 1996, p. 97.

e primordial esvaziamento (plenitude?) de sentido do termo brilhantemente criado por More.

Finalmente, a quarta percepção a unir literatura ao fenômeno das utopias trata os experimentalismos e as vanguardas historicamente situadas em sua dimensão utópica pelo *novum* formal ou temático, bem como pelo teor crítico ao contexto, que apresentam. Situados no entre-lugar cultural pela inspiração européia e ideais modernistas brasileiros, os manifestos surgidos no início do século XX na nossa cena literária constituem objetos exemplares para tal perspectiva de observação, por unirem propostas políticas e estéticas de vanguarda num gênero que, por si, já se constrói por elementos utópicos por excelência: formas inovadoras, funções críticas em relação a um dado contexto de produção, conteúdos prospectivos.

Pela diversidade das expressões culturais abordadas pelo grupo, que variam, por exemplo, da observação crítica das reconfigurações meta-utópicas do romance de 30 no Brasil (com o estudo de *Calunga*, de Jorge de Lima, originalmente publicado em 1935) à análise da re-escritura da Cocanha para um público brasileiro infantil (que tem por objeto a publicação *Os limeriques da Cocanha*, de Tatiana Belinky), os princípios do nosso trabalho estão inevitavelmente norteados por uma compreensão do fenômeno utópico em suas várias configurações discursivas e, conforme proposição de Levitas (1990), numa perspectiva analítica mais ampla, que acolhe uma definição de utopia como sendo “a expressão do desejo por uma forma melhor de existência”, e situa-se no trânsito entre formas, funções, localizações e conteúdos utópicos.

Partindo dessas justaposições ao propor investigações sobre as dimensões utópicas em relação a questões de identidade, literatura e cultura, o grupo vem se estruturando em cinco linhas ou eixos de organização interligados entre si: utopia, literatura e estudos de gênero; utopia e poesia; utopismos literários em língua portuguesa; utopia e discurso meta-teórico e meta-crítico; e utopias da/na América Latina. A discussão que segue está centrada especificamente nesta última linha e oferece uma reflexão sobre os conteúdos utópicos inscritos a partir das possibilidades advindas do surgimento da (idéia de) América no imaginário do colonizador europeu, tanto em sua dimensão mítica quanto geográfica e historicamente localizada, e sobre as funções dessas discursividades, cujo entrecruzamento se faz teia que promove o surgimento do próprio gênero em foco.

Utopias da/na América Latina

“Há um mundo novo”: essa afirmação percorre do começo ao fim a carta que, muito adequadamente, seria chamada *Mundus Novus*. Insistente, quase como se fosse uma obsessão ou um mandato, o autor se dedica primeiro a repetir o enunciado (a taxativa afirmação da novidade) e depois a preencher essa condição com notícias particulares e descrições das terras, gentes e céus que ocupam as latitudes ocidentais. Ali onde para o saber antigo não havia nada, ou havia quiçá meras superfícies inabitáveis e perdidas, existe uma imensa quarta parte do mundo, “um continente

habitado por mais numerosos povos e animais do que na nossa Europa, ou Ásia, ou África”.

Essas terras, “as quais é licito chamar de Novo Mundo: porque nenhuma delas era conhecida dos nossos maiores; porque é coisa novíssima para todos os que ouviram falar delas”, são representadas na carta como repertório inesgotável de diferenças. Diferenças humanas em primeiro lugar, profusamente descritas para o gosto dos ávidos leitores: os indígenas como criaturas libidinosas, que “vivem segundo a natureza e podem ser considerados antes epicuristas do que estóicos” (Vespúcio, 2001, p. 315), devoradores de carne humana, carentes de religião e de lei, donos de boa saúde e de vidas longas, favorecidas pelos benéficos ventos austrais. Em segundo lugar, as diferenças naturais, terrestres e celestes, que, amparadas pelo superlativo, corroboram e potencializam as humanas: a fertilidade dos infinitos vales, as selvas amplíssimas e densas, a multiplicidade de frutos, a abundância de ouro, o clima ameno, uma diversidade de animais jamais sonhada por Plínio, e por último, o céu, “ornado de sinais e figuras especiosíssimos”, onde se revelam “coisas que não estão de acordo com as razões dos filósofos”. Tudo contribui para que, apesar dos hábitos extravagantes dos seus habitantes, o autor não vacile em enfatizar que “se o paraíso terrestre estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões” (p. 319).

Atribuída a Américo Vespúcio, *Mundus Novus* foi provavelmente escrita por um ou vários autores anônimos que se encarregaram de compilar e sintetizar os saberes dispersos e as notícias difusas que durante uma década haviam sido promovidos pelos territórios situados do outro lado do Atlântico. Na carta a Luis de Santángel, escrita a começos de 1493 enquanto retornava da sua primeira viagem, Colombo já instituíra um modelo para ver e descrever as terras desconhecidas: a natureza pródiga, a promessa renovada de riquezas, a inocência natural do indígena, mas também a presença sempre hostil dos canibais. Esse modelo retorna na carta do doutor Chanca, nas epístolas reunidas por Pietro Mártire da segunda e terceira viagens colombinas, e nas anotações que o próprio Vespúcio fizera na carta de 1502 para Lorenzo de Médici, onde descreve a mesma viagem pelo litoral sul-americano. Mas nenhum desses textos seria tão influente como a *Mundus Novus* para cristalizar as imagens do novo. Publicada em fins de 1503 ou começos de 1504 em latim, foi rapidamente traduzida e reeditada em toda Europa; para 1506 já eram 22 as edições. No ano seguinte, Martin Waldseemüller e seu círculo de cosmógrafos, influenciados pela carta, elaborariam o célebre mapa em que a palavra “América” aparece por primeira vez. A *Cosmographiae Introductio*, que acompanhava o mapa, levava como apêndice outra carta de Vespúcio, também apócrifa, conhecida como “Carta a Soderini”, datada em 4 de setembro de 1504, que descreve as quatro viagens supostamente realizadas pelo florentino a partir de 1497. Publicada em Saint Dié como *Quatuor navigationes*, a obra teria ilustres leitores, que não apenas se interessavam pelas curiosidades e exotismos das terras distantes, mas que também viam nas narrativas a possibilidade de pensar sobre as transformações de um mundo que nunca mais seria como antes. Um desses leitores era Thomas More.

Para que More pudesse inventar sua ilha de Utopia foi necessário antes que outros letrados, baseados em informações precisas e em especulações imaginárias, inventassem cartas que condensavam as curiosidades e os ecos que emanavam de longe. E também foi necessário que outros leitores, baseados naquelas invenções e no compêndio do saber geográfico da época, inventassem um mapa que outorgava definitivamente um lugar para as novas terras. Uma franja estreita e longa de terra, balizada por rios, que limita com a “terra ultra incognita”, e que está simplesmente identificada com uma única palavra, America. More leu Vespúcio, e provavelmente também a primeira Década do *De orbe novo* (1511), onde Pietro Mártire relembra a feliz existência dos indígenas de La Española, livres de intolerâncias e de toda propriedade privada, entre outros textos que se multiplicavam na época sobre América.

Nas repercussões provocadas por essas invenções e aparições ultramarinhas, fica em evidência que as explorações atlânticas dependiam fundamentalmente da palavra para poder tomar forma e se disseminar pelos círculos europeus. São os relatos das viagens, e as leituras desses relatos, que possibilitam, de More a Montaigne, a crítica do presente e a projeção de novas formas de convivência, que são imaginadas contra o pano de fundo das disputas e guerras de religião européias. Se essa rede de leituras, interpretações e aplicações fornece definições e sentidos para a novidade distante, e cria espelhos invertidos para examinar aquilo que é imediato e urgente, é porque está se estabelecendo uma nova ordem mundial que possibilita que tudo isso aconteça nesse mesmo momento. A criação do circuito comercial atlântico, que vincula as cidades e entrepostos das costas européias, americanas e africanas, modela as formas de um mundo moderno que vai se construindo, como lembram Walter Mignolo e Anibal Quijano (2003), no exercício da colonialidade do poder e das respostas geradas a partir da diferença colonial. Se a modernidade, no século XVI, surge através da expansão européia, que impõe a divisão entre locais de enunciação que emitem verdades e representações, e locais enunciados que são descritos pelo discurso etnográfico e as representações do exotismo, e se a modernidade está intrinsecamente vinculada ao projeto colonizador não como suplemento ou desvio, mas como condição de possibilidade, é porque “América” se situa como objeto de conhecimento no centro das reflexões. “America”, o solitário nome próprio que referenciava o mapa de Waldseemüller, o continente situado além da zona tórrida de Vespúcio, e as terras felizes de Rafael Hitlodeu, surgem no horizonte do discurso como invenções que falam de si e do outro, que falam de si através do outro. Tal é a função da utopia como instrumento narrativo em plena eclosão das navegações renascentistas.

Independentemente do estatuto de tais relatos (a crônica de um suposto testemunho ocular em Vespúcio, a condensação das novidades do saber em Waldseemüller, a ficção em More), os três textos precisam postular um outro espaço que é inventado como alteridade absoluta, e que, enquanto tal, é pensado como o lugar mais propício para projetar as fantasias e visões críticas suscitadas pelo tempo presente. A quarta parte do mundo, a ilha longínqua situada à margem do mundo conhecido, do outro lado da temida

linha do equador, conformam encruzilhadas onde se torna indistinto aquilo que se apresenta como verdadeiro ou como imaginário. Rafael Hitlodeu acompanha Vespúcio nas suas navegações, e quando se afasta dele chega por acaso nas costas de Utopia; Waldeseemüller elabora seus cálculos e desenha as novas formas do orbe a partir de uma carta apócrifa; Vespúcio, ou os autores anônimos que invocam seu nome, movidos pelo afã de satisfazer demandas prementes, escrevem aquilo que o público quer ler. Nessa equívoca genealogia, corresponde aos textos de Vespúcio colocar em circulação dois campos de significações associados com a idéia de um mundo novo, que seriam retomados e reforçados pela cartografia de Saint Dié e pelas ficções reformistas do chanceler inglês, entre muitos outros. Esses campos de significações criam uma dicotomia que se manifesta no espaço e que se configura através das hipóteses que oferecem as terras distantes. Por um lado, a possibilidade, o futuro, a esperança de um novo começo para a humanidade. Por outro, o reino da barbárie e da desagregação, as “vastas solidões eternamente devoradas por um céu de fogo” (More, 1999, p. 22). Ambas as interpretações, que aparecem invertidas no texto de More e lado a lado na carta de Vespúcio, atravessariam a história do continente americano como promessa e como sombra, e refletiriam visões conflitantes produzidas tanto na Europa como na América. A utopia, e sua negação, conformam discursos que serão considerados pertinentes e úteis nas mais diversas circunstâncias históricas, seja como instrumento político de transformação, seja como imagem em negativo das teorizações e especulações feitas à distância.

Poderíamos assim traçar duas grandes linhas de sentido que descrevem o continente com as cores da promessa ou da fatalidade. Na primeira, América serve para redefinir e atualizar os mitos clássicos das cidades fantásticas, dos Eldorados e das idades de Ouro, das Ilhas Afortunadas e das Amazonas à fonte da juventude e às sete cidades de Cibola, os mitos funcionam como forças propulsoras de expedições e de sonhos que, mesmo fracassando nos seus objetivos principais, vão ampliando as fronteiras do conhecido e atribuindo outros significados ao território. E mesmo com decepções pontuais e confirmações de que as cidades douradas eram tão evanescentes como uma miragem, os mitos não desaparecem, mas adquirem novas significações que garantem sua vigência muito além do primeiro século da conquista. Na era das repúblicas independentes, quando as migrações massivas do século XIX se tornam um dos eixos da globalização alavancada pelas transformações tecnológicas e pela expansão do imperialismo, as sucessivas evocações do país do futuro e da terra de oportunidades darão novas possibilidades para que América se constitua como espaço ideal para a realização das comunidades inspiradas pelos ideais libertários do socialismo utópico. As propostas de Fourier e de Saint-Simon encontram no continente campos propícios que, do Texas ao Rio da Prata, pretendem instaurar comunidades experimentais; apesar de efêmeras e mal-sucedidas na grande maioria dos casos, conseguem postular modelos alternativos de produção baseados em princípios de igualdade e de propriedade coletiva que, a seu modo, serviam para denunciar os vícios do sistema capitalista.

Se a miséria econômica na Europa e a ausência de mão de obra qualificada e a visão do imigrante como agente civilizador na América eram fatores concretos que impulsionavam estes projetos, há também um componente utópico fundamental na escolha das terras de suposta promessa onde se fundaram as colônias, e no isolamento que as caracteriza e que, em muitos casos, apressa a decadência e a dissolução dos assentamentos.

América também é vista como terra de promessa pelos projetos evangelizadores que, nos dois primeiros séculos da colônia, imaginam o indígena como a nova encarnação do cristianismo primitivo. No milenarismo franciscano postulado por um Jerónimo de Mendieta no final do século XVI, as comunidades indígenas da Nova Espanha tuteladas pelos frades mendicantes representam a última oportunidade para a salvação coletiva, uma oportunidade que está em perpétuo risco de dissipação diante das epidemias e dos interesses contrários dos colonos e da coroa, mais preocupados na exploração das riquezas do que na redenção das almas. Essa também tinha sido a visão de Bartolomé de Las Casas ao criar a efêmera comuna da Vera Paz, como alternativa de convivência pacífica entre europeus e americanos. Em meados do século, o bispo de Michoacán Vasco de Quiroga funda os chamados Hospitales-Pueblo com a intenção de criar um estado cristão baseado na autonomia e na harmonia social. Leitor de More, Quiroga aplica na sua república de índios algumas das normas que regulamentavam a vida dos utopianos, como por exemplo a ausência de propriedade privada, a distribuição coletiva de alimentos, a organização baseada na família patriarcal, e a divisão rotativa das tarefas quotidianas. Todos esses casos surgem a partir de uma reflexão sobre as condições e a licitude da conquista, e pretendiam, como depois os jesuítas nas suas reduções do Paraguai, afastar os indígenas das perniciosas condições de vida que a ordem imperial espanhola tinha imposto. Mais ou menos realistas, essas utopias teocêntricas aspiravam a cumprir a missão primeira que, segundo uma visão providencial da história, estava prevista pela divindade, a evangelização do indígena, a única razão que poderia justificar a presença européia no continente.

Mas, por outro lado, contrariando essa visão do continente como hipotético espaço de harmonia e felicidade, há outra perspectiva que insiste em ver a América como terra de perdição e de desesperança. Nos textos dos navegantes, a figura que sintetiza essa visão negativa é a do canibal, presente na alusão da primeira carta de Colombo e nas afirmações de Vespúcio. A antropofagia e a barbárie atribuída aos indígenas do caribe e do litoral sul-americano adquirem novos tons na descrição que Hernán Cortés apresenta dos sacrifícios humanos realizados na grandiosa Tenochtitlán, e no cuidadoso detalhamento das práticas idolátricas que os missionários se encarregam de anotar nas suas histórias e tratados. Mas são as gravuras de Theodore de Bry, inspiradas pela célebre narrativa de Hans Staden, prisioneiro dos tupinambás, as que parecem impressionar definitivamente a imaginação européia com cenas de corpos despedaçados e festins diabólicos. Nessa distopia bárbara, os indígenas, longe de serem as criaturas inocentes e predispostas a recriar o cristianismo primitivo, são o Outro absoluto, que torna toda equivalência impossível e toda sujeição justa e necessária. Essa percepção do homem

americano cria as bases para a hierarquização das diferenças étnicas e culturais. A pretensa superioridade étnica das nações européias, que parte do confronto com estas imagens criadas no século XVI, é legitimada no período colonial através dos apologistas da dominação espanhola, como Sepúlveda, e se confirma depois mediante a aplicação do arsenal conceitual cientificista e “universal” do discurso ilustrado, que multiplica taxonomias e nomenclaturas a partir da divisão do mundo em centros que formulam o saber e periferias que se oferecem como mudos e classificáveis objetos de estudo. Uma linha de pensamento ancorada no determinismo geográfico, com notórios expoentes que vão de Buffon e Cornelius De Paw a Hegel, sentencia a inferioridade e a decadência irreversível da população americana, com argumentos que depois seriam retomados pelos discursos racistas que fundam a antropologia do século XIX. Nessa que Antonello Gerbi (1996) denominou a “disputa pelo Novo Mundo”, postula-se a superioridade étnica e epistemológica européia, mas também surgem as possibilidades de contestação que, em autores como o equatoriano Eugenio de Santa Cruz y Espejo ou nas influentes páginas de Humboldt, não apenas invertem a imagem negativa, mas também fundamentam uma diferença americana pensada como caminho de autonomia e de emancipação.

Diante das condenas do destino e das fatalidades da miscigenação, alguns pensadores encontram precisamente na utopia a chave que explica a diferença americana e projeta um modelo desiderativo para entender os passados e construir os futuros possíveis. Em *Ultima Thule* (1958) o mexicano Alfonso Reyes analisou a força utópica e a perduração dos mitos que aludiam a uma terra de plenitude e felicidade na configuração do imaginário americano. Mitos que, sempre atuais e sempre presentes, não se reduzem a meras fantasias de conquistadores ou de utopistas extraviados, mas que acabam retornando e são capazes de alimentar, em sucessivos momentos históricos que vão das lutas pela independência à conformação dos estados nacionais, os desejos de transformação cristalizados, por exemplo, nas utopias andinas que anunciam a restauração incaica no final do período colonial, na Pátria Grande de Bolívar, na Nossa América de Martí, na raça cósmica de José Vasconcelos, na utopia permanente de Henríquez Ureña, na Nova Roma de Darcy Ribeiro.

Condensação das insatisfações e fantasmagorias do devir histórico, a utopia conserva no pensamento latino-americano a função de revelar todas as tensões entre aquilo que é e aquilo que poderia ou deveria ser. Depreciada pelos teóricos do fim da história, que entendiam a utopia como falácia ou como ensaio totalitário, a palavra criada por More volta a recuperar sua vigência entre nós. Ponte entre a nostalgia e o desconhecido, entre a virtualidade e a impossibilidade, entre o ilusório e o programático, a pulsão utópica continua presente de múltiplas e contraditórias formas na realidade que nos toca viver, porque oferece, mesmo quando parece fracassar ou é postergada, a ocasião de reafirmar o desejo e a obrigação de criar mundos mais felizes. Que tal objetivo pareça remoto nas atuais circunstâncias latino-americanas, longe de diminuir sua importância, reforça o valor desse desejo como ferramenta para lidar com o conturbado futuro que nos aguarda.

Referências

- BELINKY, Tatiana. *Os limeriques da Cocanha*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2007.
- BLOOM, Harold. *The Western Canon*. New York: Harcourt Brace & Co., 1994.
- CORDIVIOLA, Alfredo e CAVALCANTI, Ildney. Apresentação. In: *Fábulas da Iminência*. Recife: PPL/UFPE, 2006.
- CIXOUS, Hélène e CLÉMENT, Catherine. *The Newly Born Woman*. London: Tauris, 1996.
- FREITAS, Emília. *A rainha do ignoto*. 3ª. ed. revisada, editoras Mulheres & EDUNISC, 2003.
- LEVITAS, Ruth. *The concept of utopia*. Hempstead: Phillip Allan, 1990.
- LEVITAS, Ruth. “For utopia: the (limits of the) utopian function in late capitalist society”. In: GOODWIN, Barbara (ed). *The Philosophy of Utopia*. London: Frank Cass, 2001.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- REYES, Alfonso. “Ultima Thule” (1942). In: *Obras completas*, vol XI. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.
- VESPÚCIO, Américo. “Mundus Novus”. In: AMADO, Janaína & FIGUEIREDO, Luis Carlos (orgs.). *Brasil 1500. Quarenta documentos*. Brasília: UNB, 2001, p. 307-327.

